

GUSTAVO DE ALMEIDA NEVES

A EXTINÇÃO JUDICIAL DE PARTIDOS POLÍTICOS

UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO
CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS

ÍNDICE

| | |
|--------------------------------------|----|
| Lista de abreviaturas e siglas | 5 |
| Nota de apresentação | 7 |
| Prefácio..... | 11 |
| Nota prévia | 17 |

INTRODUÇÃO

| | |
|--|----|
| I. Enquadramento e delimitação do objeto de estudo | 19 |
| II. Plano de investigação..... | 22 |

1.

PARTIDOS POLÍTICOS E A CONSTITUIÇÃO

| | |
|---|----|
| 1.1. A Constitucionalização dos Partidos Políticos | 25 |
| 1.1.1. As quatro fases de Triepel..... | 25 |
| a. Fase de rejeição (<i>Bekämpfung</i>) | 27 |
| b. Fase de ignorância (<i>Ignorierung</i>)..... | 29 |
| c. Fase de reconhecimento e legalização (<i>Anerkennung und Legalisierung</i>) | 30 |
| d. Fase de incorporação constitucional (<i>verfassungsmässigen</i>) | 33 |
| 1.1.2. Na história politico-constitucional portuguesa | 36 |
| 1.2. Da(s) moldura(s) constitucional(ais) ao estatuto dos partidos: as revisões constitucionais e a LPP | 49 |
| 1.3. A natureza jurídica dos partidos políticos | 55 |
| 1.4. Os limites relativos aos partidos políticos | 64 |
| 1.4.1. Ponto prévio: o regime de inscrição de partidos políticos | 64 |
| 1.4.2. Os limites impostos aos partidos — considerações gerais..... | 74 |
| 1.4.2.1. Limites formais e limites materiais | 75 |
| a. Limites formais | 75 |

| | |
|---|-----|
| • | |
| b. Limites materiais..... | 76 |
| i. Em especial: a questão da democracia interna | 78 |
| ii. Em especial: proibição de índole ou âmbito regional | 90 |
| iii. Em especial: proibição de partidos armados, militares, militarizados ou paramilitares, de natureza racista ou que perfilhem ideologia fascista | 94 |
| 1.5. Os partidos políticos na Constituição — incorporação constitucional em sentido material? | 107 |

2.

A EXTINÇÃO JUDICIAL DE PARTIDOS POLÍTICOS

| | |
|--|-----|
| 2.1. A Democracia Militante e a extinção de partidos | 111 |
| 2.1.1. Generalidades..... | 111 |
| 2.1.2. O caso português | 121 |
| 2.2. A extinção de partidos políticos na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos | 126 |
| 2.2.1. Generalidades..... | 126 |
| 2.2.2. O teste de conformidade | 130 |

3.

A EXTINÇÃO JUDICIAL DE PARTIDOS POLÍTICOS
NO DIREITO CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS VIGENTE

| | |
|--|-----|
| 3.1. Distinção de figuras afins..... | 139 |
| 3.1.1. Dissolução | 139 |
| 3.1.2. Dissolução de facto | 142 |
| 3.2. O Tribunal Constitucional e a Extinção Judicial: competência paradoxal? | 146 |
| 3.3. Os fundamentos de extinção | 151 |
| 3.3.1. Fundamentos objetivos..... | 155 |
| 3.3.1.1. Associados à violação do princípio da transparência | 155 |
| a. A não apresentação de contas..... | 158 |
| b. Não comunicação de lista atualizada dos titulares dos órgãos nacionais por um período superior a seis anos | 160 |
| c. A impossibilidade de citar ou notificar, de forma reiterada, na pessoa de qualquer dos titulares dos seus órgãos nacionais, conforme a anotação constante do registo existente no Tribunal..... | 161 |
| 3.3.1.2. Associado à função político-constitucional de representação política | 162 |
| 3.3.2. Fundamentos de inimidade constitucional..... | 167 |

•

| | |
|--|-----|
| 3.4. O processo de extinção judicial | 171 |
| 3.4.1. A legitimidade ativa | 171 |
| 3.4.2. A legitimidade passiva | 178 |
| 3.4.3. O regime processual | 181 |
| 3.4.3.1. O regime processual geral: ação declarativa comum..... | 182 |
| 3.4.3.2. A tutela cautelar | 185 |
| 3.4.3.3. O regime processual especial: a ação de extinção por perfilha- ção de ideologia fascista | 186 |
| 3.4.3.4. A zona cinzenta: o regime aplicável aos demais fundamentos de inimizade constitucional..... | 189 |
| 3.4.3.5. Publicidade, Custas e Recorribilidade..... | 190 |
| 3.5. Os efeitos da decisão de extinção judicial..... | 192 |
| 3.5.1. Perda da personalidade jurídica | 193 |
| 3.5.2. Os poderes dos órgãos partidários e a liquidação..... | 200 |
| 3.5.3. O especial caso do ressurgimento..... | 203 |
| Conclusões | 207 |
| Bibliografia | 221 |
| Índice de jurisprudência | 233 |
| Índice | 237 |

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt